



FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

WWW.FORUMCOMPETITIVIDADE.ORG



NOTA DE CONJUNTURA Nº 4

De

Agosto de 2016

Esta Nota de Conjuntura, da responsabilidade do Fórum para a Competitividade, inclui informação publicada até 01.09.2016



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

Nota de Conjuntura, Nº 4, Agosto de 2016

Resumo executivo

- As perspectivas sobre a conjuntura internacional parecem ter estabilizado, após uma reacção negativa inicial ao Brexit.
- Os próximos dois meses deverão ser especialmente complicados em termos políticos, devido à dificuldade em aprovar medidas adicionais para 2016 e negociar a proposta de orçamento para 2017.
- O PIB do 2º trimestre estabilizou, mas 73% da forte queda (nominal) do investimento é directamente imputável ao governo, pela descida do investimento público, fruto de uma estratégia económica duplamente errada: 1) privilegiar a procura interna às exportações; 2) dentro da procura interna, preferir o consumo privado ao investimento.
- A falta de procura revela-se um obstáculo cada vez mais importante para a actividade dos diferentes sectores e a taxa de desemprego parece ter começado a estabilizar.
- Os indicadores preliminares do 2º semestre revelaram-se débeis e as perspectivas para o resto do ano mantêm-se fracas, com riscos significativos, pelo que prevemos um crescimento entre ½% e ¾% em 2016.
- A descida do IVA na restauração confirma-se como um erro, não tendo levado a qualquer diminuição de preços, o que impedirá quer um aumento da quantidade procurada, quer um aumento do emprego no sector.
- Recomendamos que para 2017 haja congelamento salarial generalizado no sector privado, com excepção de promoções, tal como acontecerá no sector público. Em particular, não se deve aumentar o salário mínimo no próximo ano, que já se encontra em níveis preocupantemente desfasados da produtividade, prejudicando sobretudo os trabalhadores em posição mais frágil.
- As contas externas estão em clara deterioração, com excepção da balança de bens e serviços. Mesmo aqui, o bom resultado acontece por maus motivos: porque as exportações estão a cair menos do que as importações.
- Os valores da execução orçamental continuam preocupantes, para além de a sua fiabilidade nos merecer bastantes reservas.
- A dívida pública está a subir, quando deveria estar a cair e as taxas de juro portuguesas são as únicas da zona do euro que subiram nos últimos 12 meses.
- O risco do *rating* de Portugal baixar para "lixo" tem estado a crescer e pode concretizar-se já a 21 de Outubro, o que teria consequências catastróficas, não só económicas e financeiras, mas também políticas.



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

1. Conjuntura internacional	2
Brexit com impacto limitado	2
Rating de Itália em risco	3
2. Conjuntura nacional.....	3
Fragilidades políticas	3
PIB do 2º trimestre estabiliza	4
Indicador coincidente melhora ligeiramente.....	5
Falta de procura como principal obstáculo à actividade	6
Descida do IVA na restauração fracassou	6
Recomendamos o congelamento salarial para 2017.....	8
Desemprego a estabilizar.....	8
Contas externas em clara deterioração	9
Contas públicas continuam sob suspeita	10
Dívida pública a derrapar	12
Só as taxas de juro portuguesas estão a subir.....	12
<i>Rating</i> em risco elevado de passar a “lixo”	12
3. Agenda	14

1. Conjuntura internacional

Brexit com impacto limitado

Ao contrário do que se temeu inicialmente, o impacto do Brexit sobre a economia europeia e mundial parece ser relativamente limitado. O *Economist poll of forecasters* de Agosto revelou estabilidade nos EUA, uma ligeira deterioração das perspectivas para a zona euro em 2017 (de 1,2% para 1,1%) e um abrandamento mais forte no Reino Unido no próximo ano (de 0,8% para 0,5%), conseguindo este país aparentemente escapar da temida recessão.



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

Rating de Itália em risco

A Dominion Bond Rating Service (DBRS) manteve a classificação da dívida soberana de longo prazo de Itália em "A" (baixo), mas colocou-o sob revisão, com implicações negativas com riscos acrescidos¹.

"A decisão de rever a notação de Itália fora do calendário pré-anunciado pela DBRS reflecte a convicção da agência de que a incerteza política perante o referendo sobre a reforma constitucional [em Outubro próximo] e face à pressão sobre os bancos italianos, num contexto de recuperação frágil e de um ambiente externo menos favorável, coloca riscos de descida dos 'ratings'².

2. Conjuntura nacional

Fragilidades políticas

Vamos entrar num período politicamente difícil, que deverá durar até, pelo menos, 15 de Outubro, data limite da apresentação de medidas orçamentais adicionais para 2016, exigidas por Bruxelas, e do Orçamento de Estado para 2017.

Em relação às medidas adicionais, o governo tem revelado uma estranha intransigência em não as apresentar, que dificilmente correrá bem. Em relação ao OE para 2017 é evidente que a sua elaboração deverá ser muito difícil, até porque a execução deste ano se encontra recheada de dificuldades. O governo terá, de novo, de conseguir contentar, por um lado, a Comissão Europeia e as agências de rating e, por outro, o BE e o PCP.

Não é certo que o consiga. A 21 de Outubro, aguarda-se, com enorme expectativa, o veredicto da agência de *rating* DBRS sobre Portugal e, como veremos à frente, há crescentes receios de que possamos descer para a categoria de "lixo", o que seria catastrófico e com evidentes consequências políticas.

¹ <http://www.dbrs.com/research/297987/dbrs-places-italy-a-low-under-review-with-negative-implications-on-heightened-risks.html>

² http://www.jornaldenegocios.pt/economia/europa/detalhe/dbrs_pode_cortar_rating_de_italia.html



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

Em resumo, os próximos meses deverão ser de intensificada incerteza política, o que só poderá ter implicações nefastas sobre a economia.

PIB do 2º trimestre estabiliza

O valor do PIB do 2º trimestre foi revisto em alta ligeira, de 0,8% para 0,9% em termos homólogos, repetindo o crescimento do período anterior. A ideia – errada – de estimular o **consumo privado** parece só ter durado um trimestre e, mesmo aí, estimulando sobretudo o consumo de bens duradouros, 90% dos quais são importados. O consumo público apresentou finalmente uma desaceleração, como seria desejável e em linha com o previsto no Orçamento.

Taxas de variação homóloga

	2T15	3T15	4T15	1T16	2T16	OE16
Consumo privado	3,3	2,3	2,3	2,6	1,7	2,4
Consumo público	1,0	0,8	0,9	0,9	0,2	0,2
Investimento	5,2	2,0	1,0	-1,2	-3,0	4,9
Procura interna	3,7	2,1	2,4	1,7	0,6	2,2
Exportações	7,1	4,0	2,8	3,1	1,5	4,3
Importações	12,5	5,4	5,3	4,6	0,9	5,5
PIB	1,5	1,4	1,3	0,9	0,9	1,8

Fonte: INE

Em relação ao **investimento**, é muito importante salientar que o governo é o principal responsável pela sua queda. No 1º semestre, o investimento público caiu 13,4% e, para além disso, muito investimento privado está congelado, desconfiando da atitude anti-empresarial do executivo. No 2º trimestre, o investimento caiu 256 milhões de euros em termos nominais, enquanto o investimento público caiu 186 milhões, ou seja, 73% desta queda é directamente imputável ao governo.

A estratégia económica do governo estava errada, ao privilegiar a procura interna, em detrimento das exportações, mas dentro da procura interna, estimular mais o consumo privado (muito do qual é importado) em vez do



FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

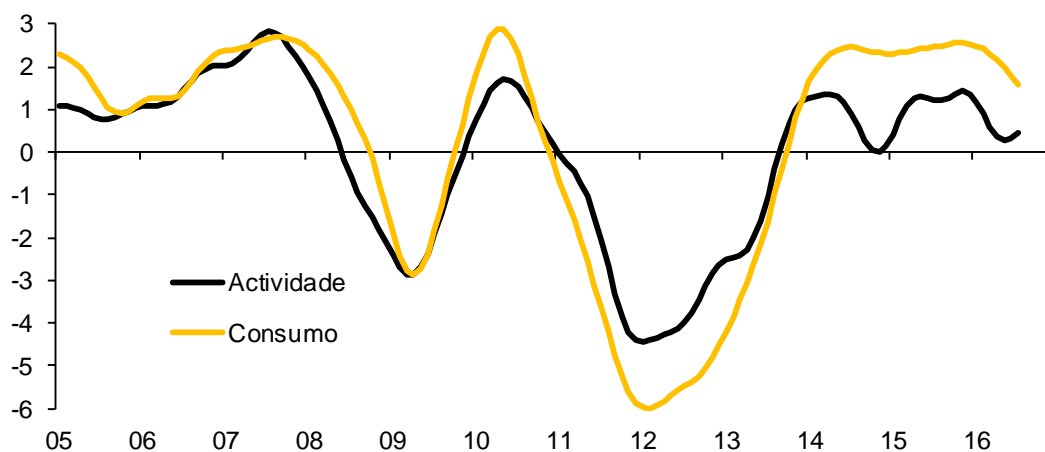
investimento, está a revelar-se péssimo e significa que o executivo tem total responsabilidade pela forte desaceleração da economia no 1º semestre de 2016.

As **exportações** desaceleraram fortemente, embora parte deste facto se deva ao mau desempenho junto de países extra-UE e não ainda de forma visível fruto da estratégia do executivo. Todas as componentes do PIB estão desalinhas das previsões que o governo fez há apenas quatro meses, o que mostra como o modelo governamental fracassou.

Indicador coincidente melhora ligeiramente

O valor do indicador coincidente³, calculado pelo Banco de Portugal, voltou a ser revisto em alta ligeira, tendo subido de 0,3% em Maio e Junho para 0,5% em Julho, o que poderia indicar que o 3º trimestre se teria iniciado melhor do que o trimestre anterior.

Indicadores coincidentes



Fonte: Banco de Portugal

No entanto, tem que se começar por referir que nos últimos meses este indicador tem sofrido revisões significativas, pelo que o indicador de um único mês não será uma referência fiável. Em segundo lugar, tem que se salientar que o indicador coincidente do 1º trimestre foi de 0,9%, tal como o crescimento homólogo do PIB, mas no 2º trimestre aquele foi de apenas 0,3%, muito abaixo

³ Indicador que pretende estimar o PIB a partir de dados mensais.



FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

dos 0,9% de variação do PIB. Ou seja, não é de excluir que no 3º trimestre a economia enfraqueça ainda mais, até porque o enquadramento se encontra algo conturbado. Em relação ao consumo privado, não parece haver dúvidas sobre a desaceleração instalada.

As perspectivas para o 2º semestre são piores do que para o 1º: riscos e incerteza política em torno do OE 2017; medidas orçamentais adicionais, com carácter recessivo; risco de subida de taxas de juro. Por tudo isto, para o conjunto do ano, o PIB deverá crescer apenas entre ½% e ¾%.

Falta de procura como principal obstáculo à actividade

Entre Janeiro de Julho, a insuficiência da procura ganhou importância como o primeiro obstáculo à actividade em todos os sectores analisados pelo INE: indústria transformadora, construção e obras públicas, comércio e serviços. Este facto deve arrefecer qualquer tipo de expectativa de que o 2º semestre possa apresentar um crescimento mais robusto do que o primeiro.

É curioso notar ainda que a dificuldade na obtenção de crédito bancário só constitui um obstáculo importante no sector da construção e obras públicas. Esta dificuldade decorrerá muito provavelmente de os bancos ainda permanecerem com uma exposição extremamente elevada a este sector.

O índice de produção industrial registou uma variação homóloga de -1,6%, em Julho (1,2% em Junho). Nas Indústrias Transformadoras a variação foi de -4,1% (-0,9% no mês anterior). Ou seja, também na indústria o 3º trimestre não começou de forma auspiciosa.

Descida do IVA na restauração fracassou

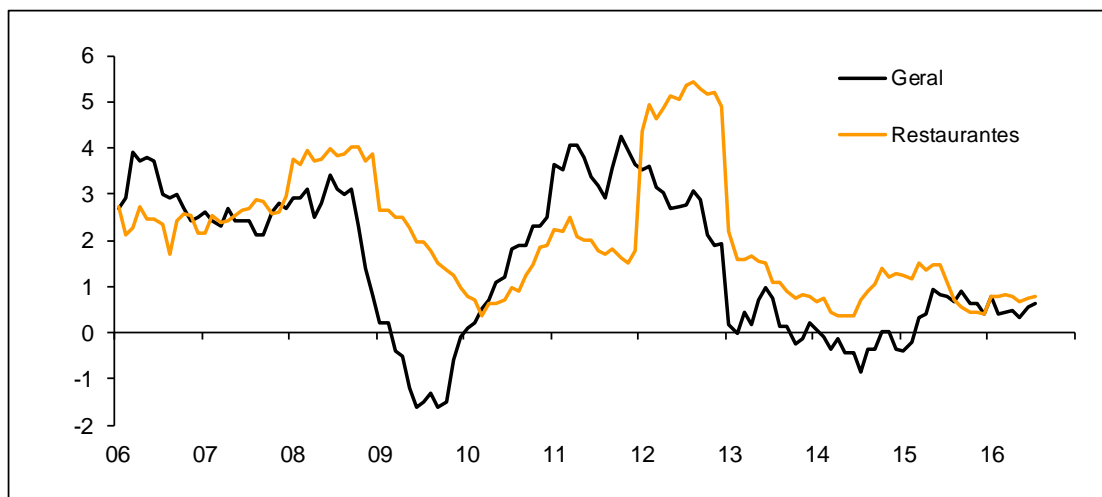
A taxa de inflação de Julho fixou-se em 0,6%, mantendo-se relativamente estável e muito próxima do valor médio de 2015 (0,5%). Em relação aos preços na restauração, relembramos (como se pode ver no gráfico abaixo) a clara aceleração de preços durante o ano de 2012, em que se verificou o aumento do IVA, que se dissipou no ano seguinte. Em Julho de 2016, quando se deu o movimento inverso de descida do IVA, a taxa de inflação em "Restaurantes, cafés



FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

e estabelecimentos similares” manteve-se nos mesmos 0,8% que se verificaram no mês anterior.

Taxa de inflação homóloga (geral e restaurantes)



Fonte: INE

Ou seja, tudo indica que os consumidores não terão sido minimamente beneficiados pela descida do IVA. Se não há descida de preços, também não poderá haver aumento da quantidade procurada, o que significa que estas empresas não terão quaisquer motivos para aumentar o emprego. Confirma-se assim que a descida do IVA foi um erro, muito caro, como tínhamos avisado atempadamente.

Para além de um erro económico, parece também que este terá sido um erro político. Tudo indica que o governo estaria a tentar beneficiar uma classe profissional que tem contacto com muitas pessoas e que a gratidão daquela poderia ajudar a imagem pública do executivo. No entanto, a forma como foi feita, repleta de excepções, criou despesas muito significativas em adaptações de *software* de contabilidade, para além de já ter gerado inúmeras coimas pela não discriminação das diferentes taxas de IVA. Ou seja, o fracasso será não só económico, mas também político.



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

Recomendamos o congelamento salarial para 2017

Ainda que a inflação portuguesa esteja em níveis baixos, ela encontra-se, mesmo assim, entre as mais elevadas da zona euro e Portugal continua a debater-se com problemas de competitividade. Além disso, o índice de custos do trabalho subiu 2,5% no 2º trimestre, muito acima dos trimestres anteriores e claramente acima do que é sustentável.

Por isso, recomendamos que para 2017 haja congelamento salarial generalizado no sector privado, com excepção de promoções, o que se deveria traduzir na manutenção dos escalões de IRS no OE de 2017.

Em particular, **não se deve aumentar o salário mínimo no próximo ano**, que já se encontra em níveis preocupantemente desfasados da produtividade, prejudicando sobretudo os trabalhadores em posição mais frágil, como sejam os desempregados de longa duração, os trabalhadores com menos qualificações e os com menos experiência. Se houvesse margem orçamental para isso – que não há – recomendaríamos a introdução de um escalão negativo no IRS para aumentar os rendimentos dos trabalhadores com menores salários sem aumentar os custos das empresas, que não têm capacidade para isso neste momento. Aliás, relembramos que esta mesma ideia constava do programa eleitoral do PS.

O governo já definiu que haveria congelamento de salários no sector público, pelo que generalizar isto ao sector privado não deverá ser encarado como problemático. Para além disso, esta contenção salarial deverá traduzir-se numa inflação provavelmente abaixo de 1%, o que significa que o sacrifício exigido é também diminuto.

Desemprego a estabilizar

No 2º trimestre, a taxa de desemprego caiu para 10,8% face a 12,6% no trimestre anterior, tendo-se registado quer uma redução no número de desempregados (-12,6%), quer um aumento do emprego (2,0%). No entanto, é necessário referir que estes dados não estão ajustados de sazonalidade e que o 2º e 3º trimestres costumam ser de claro aumento do emprego.



FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

Se compararmos com o trimestre homólogo, verificamos que em 2015 o aumento do emprego foi de 103,7 mil versus apenas 89,2 mil este ano. Além disso, verifica-se que parte deste aumento (5,5 mil) foi em empregos a tempo parcial, quando no trimestre homólogo tinha havida uma queda (9,0 mil) neste tipo de postos de trabalho.

Em relação a Julho, os valores já se apresentam menos favoráveis, em dados corrigidos de sazonalidade. A taxa de desemprego manteve-se em 11,1% face ao mês anterior e com uma ligeira subida (0,3%) no número de desempregados. O emprego é que ainda subiu, embora de forma modesta (0,2%).

É necessário referir também que os dados do IIEFP indicam uma muito forte queda homóloga, quer das ofertas de emprego (22,2%), quer das colocações (10,4%). Ou seja, de novo, os indicadores iniciais referentes ao 3º trimestre não são animadores.

Contas externas em clara deterioração

No 1º semestre, o saldo da balança corrente e de capital foi de -933 milhões de euros, um valor muito mais elevado do que os -49 milhões de euros verificados no período homólogo de 2015. Todas as componentes daquela balança contribuíram para a deterioração do saldo, com excepção da balança de bens e serviços. Mesmo assim, a melhoria no excedente desta balança, de 794 para 1037 milhões de euros, ocorreu devido a uma queda das importações (2,0%) mais significativa do que a das exportações (1,3%), que também diminuíram, o que não é uma boa notícia.

As exportações para a UE até tiveram uma evolução positiva, mas a queda nos mercados extra-UE foi muito mais forte. Angola representou metade da diminuição destas exportações, seguindo-se a China, o Brasil e os EUA. Em relação a estes mercados só os EUA apresentam perspectivas favoráveis e, mesmo aí, ensombradas pela possível vitória de Trump nas eleições presidenciais, pelo que é improvável que tenhamos novidades favoráveis até ao final do ano.



FORUM PARA A COMPETITIVIDADE

A única nota positiva encontra-se na rubrica de "Viagens e turismo", cujo excedente subiu 11,5% para 3 145 milhões de euros, um valor muito expressivo, que já representa 1,7% do PIB.

O défice da balança de rendimento primário aumentou quase 500 milhões de euros em relação ao ano passado, representando metade da deterioração da balança corrente e de capital. Isto deveu-se ao aumento dos lucros atribuídos a não residentes em consequência do aumento da rentabilidade do investimento directo. Este resultado é um pouco ambivalente porque, por um lado, se a rentabilidade do investimento estrangeiro for elevada, conseguiremos atrair mais capitais mas, por outro, significa que há mais lucros repatriados.

Contas públicas continuam sob suspeita

A **receita corrente** continua a crescer muito abaixo do orçamentado, colocando forte pressão sobre a possibilidade de despesa. A receita fiscal está muito pior do que o previsto, em particular nos três impostos principais: IVA, IRS e IRC. Dado o péssimo comportamento do IVA (0,5% em vez de 3,2%), causa uma enorme estranheza que os impostos indirectos estejam a subir mais do que o previsto, repetindo suspeitas anteriores sobre a fidedignidade dos valores publicados.

Receitas públicas, taxas de crescimento

	1T16	2T16	Jul-16	OE16
Receita corrente	0,2	3,1	3,0	4,5
Receita Fiscal	-0,2	2,7	1,9	3,1
. Impostos directos	-0,1	-2,8	-3,8	-1,1
IRS	-0,2	-3,0	-6,0	-2,4
IRC	8,6	-5,3	-4,0	-1,0
. Impostos indirectos	-0,2	7,3	8,4	7,1
IVA	-6,9	0,4	0,5	3,2
Contribuições SS	3,9	3,8	4,3	4,5
Outras receitas correntes	1,2	4,7	6,0	13,5
Receita de capital	-1,7	-3,9	-4,0	20,9
Receita efectiva	0,2	2,9	2,8	4,9



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

A **receita de capital**, usualmente uma obra de ficção, está em forte queda quando se “previa” uns miríficos 20,9% de crescimento.

Em relação à **despesa corrente**, aparenta estar muito contida, em parte auxiliada pelo atraso nos pagamentos, cuja contabilização parece estar a beneficiar de reclassificação e aumento dos prazos “normais” de pagamento. As despesas de pessoal já estão acima do esperado, mesmo que não tenha havido ainda a total reposição de salários. Nas rubricas de Aquisição de bens e serviços, Transferências correntes e Subsídios verifica-se um ligeiro alívio em relação à excepcional contenção dos primeiros meses, encontrando-se ainda muito abaixo do orçamentado, havendo dúvidas que isso se possa manter⁴. Já os Juros têm estado sempre a evoluir acima do planeado, a que não será alheia a falta de confiança dos investidores no governo. A **despesa de capital** continua, infelizmente, a funcionar como válvula de escape, quer da fraca cobrança fiscal, quer das opções de subir a despesa no 2º semestre.

Despesas públicas, taxas de crescimento

	1T16	2T16	Jul-16	OE16
Despesa corrente	1,6	1,1	1,7	4,9
Despesas com o pessoal	3,3	3,0	3,2	2,8
Aquisição de bens e serviços	-2,7	-2,1	-0,6	2,2
Juros e outros encargos	22,3	5,8	7,2	4,4
Transferências correntes	-0,4	-0,5	0,1	2,5
Subsídios	-30,6	-5,4	-2,8	34,1
Despesa de capital	-11,6	-13,4	-5,8	18,0
Investimentos	-9,1	-20,6	-10,7	11,9
Despesa total	0,8	0,2	1,3	5,7

Quanto ao **défice público**, fixou-se em 4 980 milhões de euros, o que é apenas 510 milhões menos do que o previsto para o conjunto do ano, o que dá uma dimensão da dificuldade em cumprir as metas orçamentais.

⁴ <http://observador.pt/2016/08/10/entidades-publicas-pedem-reforco-de-recursos-depois-de-regresso-as-35-horas/>



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

Dívida pública a derrapar

Em 2014, a dívida pública atingiu o mais elevado valor anual das últimas décadas (130,2% do PIB), tendo descido em 2015 para 129,0% do PIB. Quando se esperava uma continuação daquela trajectória de diminuição, para 127,7% do PIB este ano, voltámos a subir o nosso endividamento, que em Junho já atingiu um novo record: 131,9% do PIB. O valor preliminar de Julho indica mesmo que já se tenha atingido os 132,4% do PIB, mesmo com uma significativa diminuição (1 475 mil milhões de euros) dos depósitos da Administração Central, sem a qual o aumento da dívida teria sido ainda maior.

A necessidade de recapitalizar a CGD deverá pressionar ainda mais o endividamento público, enquanto os receios sobre o sucesso do modelo de recapitalização escolhido, nomeadamente o apetite dos investidores para as obrigações subordinadas, são um factor de risco adicional.

Só as taxas de juro portuguesas estão a subir

O BCE está a reduzir a compra de dívida portuguesa, porque se encontra próximo do limite máximo do que pode comprar⁵. Essa será uma das razões porque, na zona euro, só as taxas de juro portuguesas estão a subir nos últimos 12 meses, mas não é a única, já que o fraco crescimento económico e a recusa do governo em adoptar medidas adicionais também ajudarão a explicar a desconfiança dos investidores.

Rating em risco elevado de passar a “lixo”

O governo está a brincar com o fogo, ao reiterar que não vai apresentar medidas adicionais, em flagrante desrespeito com as exigências de Bruxelas e quando o fraco crescimento económico coloca obviamente em causa as metas orçamentais para 2016. O aumento da capital da CGD, mesmo não colocando em causa o défice publico, afectará necessariamente a dívida pública.

5

http://www.jornaldenegocios.pt/mercados/obrigacoes/detalhe/bce_reduz_compra_de_divida_portuguesa_para_minimos.html



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

Não admira, por isso, que relatórios desfavoráveis sobre Portugal se tenham multiplicado nas últimas semanas e que se coloque cada vez mais em causa a capacidade do país de preservar o seu rating acima de “lixo”.

Desde o site espanhol “El economista”, que descreve o país como “uma bomba relógio”⁶, até ao “MarketWatch”, que fala no “próximo desastre económico da Europa”⁷, entre vários outros.

Mas, acima de tudo, o problema são as declarações da própria DBRS, que deixou de falar pela analista responsável por Portugal e passou a fazer declarações pela voz de Fergus McCormick, responsável máximo da DBRS pelos *ratings* de dívida soberana⁸, o que indica o aumento da preocupação nesta agência de *rating*, de que o nosso financiamento está altamente dependente.

A 21 de Outubro espera-se o veredicto da DBRS, quer sobre as medidas adicionais para 2016, quer sobre o orçamento de 2017, e estamos francamente preocupados com esta decisão.

⁶ http://economico.sapo.pt/noticias/el-economista-portugal-e-uma-bomba-relogio-a-espera-da-revisao-do-rating-a-21-de-outubro_256245.html

⁷ http://www.marketwatch.com/story/why-portugal-could-be-europes-next-economic-disaster-2016-08-24?mod=mw_share_facebook

⁸ <http://observador.pt/2016/08/16/dbrs-ao-observador-agencia-esta-preocupada-e-tem-portugal-debaixo-de-olho/>

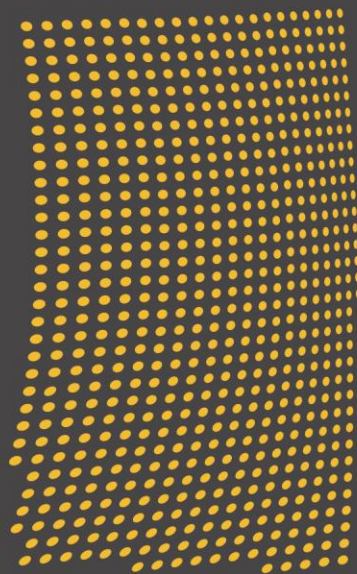


FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE

3. Agenda

Data	Evento	Expectativa/observações
4-5 Set	G20, cimeira de Hangzhou	
8-Set	Vol. Negócios Indústria (Jul)	
8-Set	Reunião BCE	Manutenção das taxas
9-Set	Comércio Internacional (Jul)	
9-Set	Vol. Negócios Serviços (Jul)	
9-Set	Produção Construção (Jul)	
12-Set	Inflação (Ago)	
16-Set	Indicadores coincidentes (BdP)	
16-Set	Conselho Europeu informal	Dos 27 para discutir Brexit
21-Set	Boletim Estatístico (BdP)	Evolução das contas externas
21-Set	Reserva Federal dos EUA	Manutenção das taxas
22-Set	Boletim Económico (BCE)	
23-Set	PIB (2ºT)	
23-Set	Procedimento de Défices Excessivos	2ª Notificação de 2016
26-Set	Execução Orçamental (Ago)	Inclui o 2º mês de novos encargos orçamentais
29-Set	Inquéritos de Conjuntura (Set)	
29-Set	Estatísticas do Emprego (Ago)	
30-Set	Produção Industrial (Ago)	
5-7 Out	Reunião anual do FMI	
20-21 Out	Conselho Europeu de Bratislava	
21-Out	DBRS reavalia <i>rating</i> de Portugal	Uma descida do <i>rating</i> teria consequências catastróficas
Out	Referendo em Itália, de passar Senado a Senado das Regiões	Pode levar à queda do governo

Esta Nota de Conjuntura tem o Apoio de:



FORUM PARA A
COMPETITIVIDADE